

# **Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política**

## **Cuestiones subyacentes a los márgenes de la clínica y de la transmisión psicoanalítica en territorios vulnerables por la violencia política**

**Anna Turriani**

**Coletivo Margens Clínicas, São Paulo (Brasil)**

**Resumo.** Através da escuta de pessoas afetadas por diversos modos de manifestação da violência de Estado, o presente ensaio compartilha a experiência do coletivo Margens Clínicas na construção de estratégias comunitárias de cuidado às populações vulnerabilizadas, assim como refletir sobre o papel e contribuição da psicanálise no enfrentamento à violência política. Apostando na potência revolucionária da escuta psicanalítica, o deslocamento aos territórios onde a psicanálise costumeiramente não chega, permitiu a abertura do coletivo a outros modos de escuta, intervenção e invenção das formas de cuidado, possibilitando um novo retorno a Freud, que auxilia a estudá-lo à luz de seu tempo histórico, para então se pensar como a psicanálise pode servir de ferramenta para compreendermos o nosso tempo, e transformá-lo.

**Palavras-chave:** Psicanálise Implicada, Dispositivos Clínicos, Clínicas Públicas, Violência Política, Reparação Psíquica

**Resumen.** Por medio de la escucha de personas afectadas por diversos modos de manifestación de la violencia de Estado, el presente ensayo comparte la experiencia del colectivo Margens Clínicas en la construcción de estrategias comunitarias de cuidado a las poblaciones vulnerabilizadas, así como reflexionar acerca del papel y contribución del psicoanálisis en el enfrentamiento a la violencia política. Apostando en la potencia revolucionaria de la escucha psicoanalítica, el desplazamiento a los territorios en donde el psicoanálisis de costumbre no llega, permitió la apertura del colectivo a otros modos de escucha, intervención e invención de las formas de cuidado, possibilitando un nuevo retorno a Freud, que auxilia a estudiarlo a la luz de su tiempo histórico, para entonces se pensar como el psicoanálisis puede servir de herramienta para que comprendamos nuestro tiempo, y transformarlo.

**Palabras Clave:** Psicoanálisis Implicada, Dispositivos Clínicos, Clínicas Públicas, Violencia Política, Reparación Psíquica

**Abstract.** Through the listening of people affected by different modes of State violence manifestations, this essay shares the experience of the collective Margens Clínicas in the construction of community strategies to care for vulnerable populations, as well as reflecting about the role and contribution of psychoanalysis in coping with political violence. By invoking the revolutionary power of psychoanalytic listening, the displacement to the territories where psychoanalysis usually does not arrive has allowed the opening of the collective to other ways of listening, intervening and inventing of the forms of care, enabling a new return to Freud, in the light of its historical time, to think about how psychoanalysis can serve as a tool to understand our time and transform it.

**Keywords:** Involved Psychoanalysis, Clinical Devices, Public Clinics, Political Violence, Psychic Repair

**A**prendemos com Freud (2010) que o recalque, mecanismo de defesa constitutivo do inconsciente no qual o eu nega afetos, desejos, pensamentos e experiências, por diversas razões intoleráveis, consiste basicamente na separação entre afeto e representação, sendo o afeto desta experiência deslocado, somatizado, e a representação de tal experiência recalçada, relegada ao esquecimento, só podendo dialogar com o psiquismo através das formações do inconsciente como sonhos, chistes e atos falhos, dando pistas de sua existência. Enquanto o conteúdo recalçado não for acessado, ele retorna em seus diferentes modos, disparando o afeto que segue deslocando-se em suas manifestações sintomáticas.

No entanto, no trabalho desenvolvido com vítimas de violência política<sup>1</sup>, chama-nos a atenção que, para muitas pessoas afetadas pela violência de Estado, a cena traumática não está esquecida, ao contrário, ela está cristalizada. Contada sempre de um mesmo modo, com um mesmo tom, sem qualquer afeto que se relacione à experiência vivida. Observamos em nosso trabalho que há um tipo particular de violência capaz de produzir o que de algum modo tentamos compreender como uma inversão do recal-

---

<sup>1</sup> Conforme já tratado no texto “Violência Política e o que resta da Ditadura” (Turriani, 2018a), consideramos mais adequado o uso do conceito violência política para referir-se às violências perpetradas pelo Estado, tanto pela complexidade e interseccionalidade das violências, como pelo fato dos aparatos de repressão do Estado não legitimarem suas violações “sem o apoio, financiamento e ação direta da sociedade civil; e uma parcela importante desta sociedade civil está calçada em um modelo de sociedade e civilização que, contraditoriamente, para ser civilizada, necessita negar a diferença, violar, agredir, extorquir, se apropriar – do corpo, da terra, da memória”. (p. 33)

“A violência política além de visar controlar o que deve ser contado, pensado, escrito, lembrado, extrapola os limites do direito à vida, à autonomia, à dignidade. Recorrendo a Franz Fanon, ela delimita as zonas do ser e do não ser, negando mesmo o direito de viver, a qualquer um que não se transmute, que não torne sua própria face uma “máscara branca” (p. 35). Por fim, ela sai do campo da política para aniquilar a existência de sujeitos políticos.

que: a representação se desloca, como se não se tratasse de uma experiência de si, mas sim da experiência de um outro, de uma manchete de jornal que pode facilmente ser contada; e o afeto é esquecido, impossibilitado de ser vivenciado. Os efeitos que vamos observando dessas violências é muito mais nefasto, uma vez que a capacidade de se afetar vai sendo prejudicada, como se os afetos fossem sendo abandonados, descolados do corpo, impossibilitados de circular.

Retorno aqui as estruturas da racionalidade clínica (Dunker, 2011, pp. 389-482) para nos auxiliarem em algumas reflexões. Divididas em etiologia, semiologia, diagnóstica e terapêutica, a racionalidade clínica oitocentista, estava baseada em uma semiologia do olhar, ou seja, os sinais de uma doença eram buscados através daquilo que podia ser visto na matéria orgânica do corpo. A diagnóstica era dada a partir do conjunto das semiologias, dos signos da doença que se apresentavam no corpo, na relação com a etiologia, as possíveis causas daquela doença. O sucesso da terapêutica, do tratamento, no entanto, era aquilo que confirmava o diagnóstico ou não. Freud, como bem sabemos, revoluciona a racionalidade clínica ao propor, com a noção de inconsciente, uma semiologia da escuta. Não seriam mais os sinais orgânicos que determinariam o diagnóstico de determinadas doenças, uma vez que suas causas, a etiologia, não seriam da ordem material e orgânica, mas sim da ordem do inconsciente, que se manifesta através da linguagem. A terapêutica, portanto, requereria a fala dos pacientes sobre seus próprios sintomas, sobre o retorno do recalcado, para que o material inconsciente pudesse vir à consciência e ser elaborado pelo paciente.

Para diversos clínicos e teóricos contemporâneos, faz-se necessário, no entanto, sustentar um novo giro etiológico (Safatle et al., 2018)<sup>2</sup>, no qual além das causas orgânicas e inconscientes, as causas sociais também são consideradas no processo de adoecimento. Nesse sentido, compreendemos que o mal-estar na civilização, não seria conforme costuma-se supor, o mal-estar necessário para que se estabeleça a civilização, igualmente necessária, branca, hetero-normativa e patriarcal, e nossos recalques os mecanismos necessários para que construamos o legado da civilização. O mal-estar é da civilização que, para se impor, sustenta noções de barbárie e civilidade, encontrando inclusive suas correspondências subjetivas para determinar o sujeito incluído, cujo Super eu corresponde à imagem do pai severo, disciplinado, e por isso bem sucedido, e o Isso à mulher transloucada, prolixa, ninfomaniaca. É necessário que compreendamos que Freud em seus textos sociais não fez um tratado ontológico sobre o ser, mas sim um diagnóstico preciso de seu tempo histórico.

---

<sup>2</sup> Sustentar aqui, faz referência não a inovação destas proposições, uma vez que é possível encontrar na própria literatura psicanalítica autores que corroboram esta noção, como Sandor Ferenczi, Otto Gross, Wilhelm Reich, entre tanto, mas sim a necessidade de defendermos essas noções, uma vez que as produções desses autores não costumam ter centralidade nos espaços de transmissão da psicanálise.

Causa estranheza que tomemos como mito fundador de nossa cultura o assassinato do pai da horda primeva, sem questionarmos, com agudo desconforto, como foi que este pai passou a ter o domínio de todas as mulheres, e qual a relação deste prólogo “recalcado” com os “transtornos de sexualidade” investigados pela psicanálise.

É urgente que sigamos pensando com seriedade o que foi sendo constituído como clínica, escuta, transferência, setting, a serviço de que estavam, e nos implicarmos de modo diferente com cada um desses conceitos, assim como com a transmissão de nossas experiências clínicas contemporâneas. Pensando a partir do sofrimento com a qual nos deparamos há anos em regiões vulnerabilizadas pela violência política, questionamos como pode ser igual o modo de adoecer em regiões que não se é igual o modo de viver? Conforme já tratado no texto sobre “Violência Política e o que resta da Ditadura”, afirmo com Franz Fanon que a violência política visa a divisão das geografias e existências entre zonas onde se é, e zonas onde se tem negado o direito de ser:

espaços heterogêneos e interseccionalizados (sic) de opressão, algumas vezes geograficamente bem delimitados – os muros dos condomínios particulares, as paredes dos centros comerciais, as fronteiras entre os países “desenvolvidos e subdesenvolvidos”. A diferenciação entre as duas zonas se dá pelos tipos de relações de poder estabelecidas entre opressor e oprimido. No “zona do ser” o “outro” oprimido, o filho, a mulher, o empregado, tem reconhecida sua humanidade pelo “eu” opressor e podem recorrer a certo sistema de leis para denunciar e se proteger. Já na “zona do não-ser” não há qualquer reconhecimento do outro como humano, como igual, como sujeito, nem por aquele que oprime, nem pelo sistema, que dá nenhuma garantia de direitos ao indivíduo oprimido. (Turriani, 2018, p. 37)

Um estado de permanente guerra, com excepcionais momentos de paz. Freud “duvida de suas histéricas” porque ignora a vida de milhares de crianças obrigadas a prostituição infantil. Se da fantasia do incesto, se da contenção do desejo frente a pulsante sexualidade infantil, vão surgindo recalques necessários à constituição de uma subjetividade “saudável”, o que acontece quando o desejo é recalcado apesar da sexualidade ser instrumentalizada? Como esquecer o abuso de todos os dias? Como não cristalizar essa cena em uma notícia que possa ser contato como se fosse a experiência de um terceiro? Como não descolar seu corpo da capacidade de se afetar ao cheiro, ao toque, às vozes, às taras, de centenas de homens? Como esquecer mais um amigo morto na quebrada? O tapa na cabeça de todas as tardes quando a polícia te para por ter cara de marginal? Os soldados voltavam mudos da guerra. A guerra era exceção. Tinham para onde voltar. Para onde voltar quando o cotidiano é a guerra?

Nas tão frágeis democracias de transição latino-americanas, qual o compromisso da psicanálise com as lutas por memória, verdade e justiça? No deslocamento da recuperação da memória individual para a reconstru-

ção da memória coletiva? Ao ser institucionalizada como foi, a psicanálise perdeu grande parte de seu espaço originário – os hospitais psiquiátricos, os passeios a céu aberto, os espaços públicos – e seu propósito revolucionário.

David Pavón-Cuéllar, no encontro da Rede Interamericana de Pesquisa em Psicanálise e Política, ocorrido em setembro de 2018 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, nos brinda com uma brilhante fala intitulada “A psicanálise como arma da revolução”, no qual parte da obra “auto entrevista” de Althusser “A filosofia como arma da revolução”, para falar da urgência da psicanálise revolucionar a si própria, “entendiendo lo revolucionario, en sentido amplio, como lo que perturba de algún modo el orden establecido, transforma radicalmente lo que existe y hace aparecer algo nuevo al desafiar las inercias y las imposiciones de la dominación y del sistema en el que se ejerce”.

Conforme Pavón-Cuéllar, o texto de Althusser:

permite vislumbrar tres momentos implícitos consecutivos que se refieren a las tres ideas rectoras de su argumentación: en primer lugar, el carácter potencialmente revolucionario de la filosofía; en segundo lugar, la hegemonía burguesa y pequeño-burguesa en el campo filosófico; en tercer lugar, la exigencia de revolucionar este campo y la forma en que puede hacerse. Las tres ideas conciben la filosofía bajo los tres grandes modos lógicos de su posibilidad, su realidad y su necesidad, es decir, lo que el campo filosófico puede ser, lo que es y lo que debe ser. El vínculo entre los tres modos es muy claro: para ser tan revolucionaria como puede ser, la filosofía debe revolucionarse a sí misma y tornarse algo completamente diferente de lo que es. (Pavón-Cuéllar, 2018, Grifo nosso)

Sendo a psicanálise nossa escolha de método de atuação para a transformação dos contingentes históricos e sociais que estruturam sociedades desiguais, injustas e adoçadas, não há dúvidas quanto a aposta no caráter revolucionário da psicanálise. Do mesmo modo, é inegável a hegemonia burguesa e pequeno burguesa que marcou a consolidação da psicanálise enquanto prática clínica e seus modos de transmissão:

Sabemos que el marco en el que opera el psicoanálisis es fundamentalmente capitalista y actualmente neoliberal, así como también es muchas otras cosas, como patriarcal y sexista o racista y neocolonial. Hay aquí múltiples dimensiones estructurales de poder que se imbrican unas con otras y que no son desafiadas y ni siquiera evidenciadas ni mucho menos perturbadas por lo que Freud nos legó. Este legado no ha tenido los efectos reveladores, disruptivos y transformadores que debía tener para algunos de nosotros. De ahí mi tesis de que el psicoanálisis debe revolucionarse para llegar a ser tan revolucionario como puede ser. (Ib.)

Como bem pontua Pavón-Cuéllar, apesar de sua potência revolucionária, na atualidade a psicanálise “no puede revolucionar prácticamente nada, ni en el individuo ni mucho menos en la sociedad, limitándose gene-

ralmente a suscitar pequenos reajustes con los que se posibilita la preservación del marco en el que ocurren”.

No entanto, diferentemente da filosofia que, conforme apresentado, para revolucionar-se deveria se tornar diferente do que é, a psicanálise “debe convertirse paradójicamente en sí mismo, en lo que estaba predestinado a ser, en lo que había de ser y no ha sido porque se ha traicionado a sí mismo”.

Retorno aqui a importância de reconhecermos outros espaços de escuta e modos de operá-la. Entendemos que, para conseguir revolucionar-se e tornar-se o que estava predestinada a ser, mais que democratizarmos o acesso ao “tratamento”, necessitamos transformar radicalmente os modos de transmissão e formação em psicanálise, pois pouco adianta que sigamos elaborando teorias sobre o sofrimento psíquico nas periferias – ou seja, teorias sobre uma maioria da população excluída do direito de contar sua história em nome próprio – se essas mesmas pessoas são privadas dos recursos teóricos e técnicos para elaborar suas próprias versões sobre seus sofrimentos e também sobre os nossos. O tripé análise, supervisão e estudo teórico não é uma realidade possível para a maioria dos pacientes frequentadores do que se nomeia – equivocadamente – clínica social (aquela em que se paga “pouco” pela sessão). Equivocadamente, porque toda clínica é social, e porque pouco é absolutamente relativo quando tratamos do nível de desigualdade estrutural que acomete nossa sociedade. Mesmo quando os analistas abrem seus consultórios a uma “cota” de “pacientes sociais”, os espaços de formação em psicanálise são inalcançáveis a estas populações se considerarmos os valores cobrados, não somente pelas aulas, seminários, grupos de estudos, mas também pelas supervisões, além de claro, o custo necessário para se alugar um horário de sala com “setting adequado” e poder oferecer a escuta.

Se a prática clínica visa sustentar espaços que auxiliem os sujeitos a se desidentificar de si mesmos, porque as formações em psicanálise sustentam espaços que produzem tamanha identificação dos psicanalistas consigo próprios? Talvez na busca por respostas possamos compreender porque a psicanálise vem fracassando em seu legado revolucionário e, ao limitar-se apenas a “suscitar pequenos reajustes com os quais possibilita a preservação do marco no qual ocorre”, favorecer a violência política e a consolidação de zonas onde uns tem mais direitos e legitimidades que outros.

### **Estratégias marginais para a escuta do sofrimento decorrente da violência política**

O Margens Clínicas é um coletivo de psicanalistas, psicólogos e simpatizantes que surgiu em 2012 para atender as vítimas da violência policial. O nosso foco era analisar como os crimes da ditadura não haviam cessado

em 1985, mas se estendiam até o tempo presente através da violência nas periferias das grandes cidades brasileiras, exterminada cotidianamente pelas forças militares e paramilitares. Se naquele ano de 2012 o Estado finalmente reconhecia a necessidade de reparar psiquicamente as vítimas da ditadura, inaugurando pela Comissão de Anistia o projeto piloto Clínicas do Testemunho, entendíamos que era hora dele também se responsabilizar por oferecer reparação às vítimas da violência do Estado do presente, aquilo que nomeamos como violência política.

Nosso propósito não era o de oferecer grande número de atendimentos aos afetados pelas chacinas nas periferias, uma vez que entendemos que a reparação à violência do Estado só pode ser efetivada se o Estado participar ativamente desse processo. A luta pela responsabilização do Estado em reparar psiquicamente – além de simbólica e pecuniariamente – os afetados pela ditadura, se sustenta no reconhecimento dos limites de uma análise individual frente a este tipo de violação (Lima, 2017): muitos afetados pela ditadura declaravam que mesmo após anos de atendimento psicoterapêutico ou psicanalítico individual não haviam encontrado acolhimento para aquele sofrimento, fruto de uma experiência de violação tão particular, e tão coletiva. Como bem demonstraram as experiências adquiridas nos projetos Clínicas do Testemunho (Cf. Ocariz, 2015; Silva Jr. 2015; Turriani, 2017; Clínicas do Testemunho RS e SC, 2018; Françoso, 2018; entre outros), somente o reconhecimento coletivo dessas violações pode favorecer a reparação psíquica que afeta diretamente todo tecido social, assim como somente o pedido de perdão vindo do perpetrador, nesse caso o Estado, pode dar alguma garantia, ainda que frágil – como bem estamos vivenciando na atual escalada do fascismo – de que tal crime não irá se repetir. Outras experiências latino-americanas corroboram a experiência brasileira e se unem à nossa para conformar a Red Latinoamericana de Reparación Psíquica<sup>3</sup>, dedicada a fortalecer teórico e clinicamente as lutas por políticas de memória, verdade e justiça.

Através da escuta sobretudo dos afetados pela violência policial, nosso foco era nos unirmos às lutas populares de modo a fornecer insumos técnicos para a construção de políticas públicas de reparação que atendessem também as populações afetadas no presente - pretos, pobres e periféricos em sua maioria - e auxiliassem não somente ao cuidado psíquico destes afetados e seus familiares, mas também à diminuição dessa violência, ao entendermos que através da escuta clínica, podemos ampliar a compreensão do entramado histórico social, que nos constitui enquanto sujeitos psíquicos, e podermos desse modo sustentar espaços comunitários de resolução de conflito e transformação social.

Começamos o trabalho de atendimento individual, mas desde o início pautávamos a importância de estarmos presentes no território, não somente para poder atender às pessoas e fortalecer as lutas, mas também

---

<sup>3</sup> Cf. Territorios Clínicos de la Memória (<http://tecmered.com/>)

para poder escutar o território, e nos escutarmos no território – e também escutar aquilo que éramos impossibilitados de escutar, por nossa condição de classe, de cor, de gênero, de privilégios.

Vários de nós, membros do coletivo, tínhamos outros tipos de experiências de cuidado como, por exemplo, as práticas de memória coletiva com comunidades mayas na Guatemala (Turriani, 2015), a cartografia social como proposta de mapeamento comunitário proposta pelos geógrafos críticos (Habegger e Mancilla, 2006); e os círculos de Justiça Restaurativa (Vieira, 2014) praticados no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo).

Desde 2014, passamos a desenvolver nos territórios um trabalho que nomeamos de cartografias da memória, uma proposta de desenhos livres de mapas individuais e coletivos, focados em diversas temáticas a depender da atividade, de modo a sustentar espaços de fala. É uma atividade que tem ao mesmo tempo um senso prático, por levar os moradores a pensarem concretamente nas estruturas, dinâmicas e problemáticas da regiões que vivem, mas também, um aspecto subjetivo importante, ao servir como um disparador de fala. Ao desenhar o território memórias e afetos emergem. A cartografia permite um reconhecimento do território mas também permite que emergjam significantes, que a palavra circule; usamos os desenhos para que o grupo possa sentir, das imagens desenhadas por eles, reverberações que possibilitem processos de livre associação. Foram diversas as atividades de cartografias da memória realizadas nestes últimos anos<sup>4</sup> e a metodologia, constantemente afetada pela relação transferencial com os participantes, segue sendo aprimorada como um dispositivo comunitário de recuperação e reconstrução de memória coletiva.

Os fundamentos e princípios da Justiça Restaurativa, contrária à hegemônica justiça penal, também auxiliavam a pensar os processos de justiça de transição, a relação entre justiça e saúde e a importância da consolidação de espaços de escuta para a mediação dos conflitos e reparação do tecido social como um todo (Vieira, 2018).

Em 2016 executamos um dos núcleos de trabalho do segundo edital do projeto Clínicas do Testemunho, podendo assim levar a pergunta “O que resta da ditadura?” a dois territórios periféricos da cidade de São Paulo que haviam sido profundamente afetados pelos regimes oficiais de exceção. O Clínicas do Testemunho nas Margens foi realizado no bairro de Perus, palco da maior greve da história, ocorrida em sua maioria em período ditatorial, e também local da maior vala da que se tem notícia no Brasil, a vala de Perus, depositária de milhares de corpos “indigentes” durante a década de 70, dos quais, muitas crianças vítimas de um surto de meningite escondido pelo Estado e outros tantos vítimas de regime de exceção,

---

<sup>4</sup> Cf. Caderno Cartografias das Memória, disponível em [https://issuu.com/anitaprades/docs/af\\_completo\\_cartografia\\_issuu](https://issuu.com/anitaprades/docs/af_completo_cartografia_issuu)

perseguidos, torturados e desaparecidos pelo Estado brasileiro (Obliziner, 2017; Vieira, 2017); e na favela de Heliópolis, território conformado durante o período ditatorial, cuja luta por terra, moradia e educação é exemplo para os movimentos sociais do país, mas também, no qual a perseguição política vivida nas décadas de 70 e 80 foi intensa, ainda que a comunidade não reconhecesse a relação entre a repressão e sua luta – violência policial, destruição de moradias, perseguição, desaparecimento e assassinato de lideranças, como parte do regime de exceção (Vaz, 2017).

Uma parceria entre a Comissão de Anistia e o Conselho Britânico no Brasil possibilitou que conjuntamente ao Clínicas do Testemunho fossem realizados os Centros de Estudo em Reparação Psíquica – CERP, com foco específico na violência de Estado em período democrático. Realizados pelos cinco núcleos responsáveis pela execução do Clínicas do Testemunho no segunda edital (Margens Clínicas, Sedes Sapientiae, Equipe Clínico Política, APPOA Porto Alegre e Florianópolis), os CERPs tinham como objetivo oferecer formação aos profissionais envolvidos com a rede de cuidado e enfrentamento à violência: psicólogos, assistentes sociais, educadores, enfermeiros, policiais, médicos, etc.

A formação proposta por nosso núcleo começou em agosto de 2016, dividida em 4 meses de formação semanal, composta por aulas expositivas e discussão de caso, e 10 meses de supervisão, mesas mensais de debate e aulas práticas de cartografia social e justiça restaurativa, além de sessões plenárias nas quais buscávamos convocar os profissionais à construção coletiva do processo. Nosso propósito inicial era, a partir do referencial teórico da psicanálise, compartilhar com os profissionais as metodologias dos dispositivos clínicos comunitários que vínhamos desenvolvendo, assim como auxiliá-los no reconhecimento de suas posições enquanto profissionais da escuta. A partir das explicações teóricas trazidas por nós, os profissionais eram convidados a pensar em suas experiências pessoais e profissionais, podendo reconhecer ali quanto de seu trabalho fortalecia as lutas por reparação e o enfrentamento à violência política e quanto de seu trabalho era parte desta mesma violência.

Para nossa surpresa, o próprio curso se demonstrou um potente dispositivo clínico, servindo a muitos dos profissionais como espaço de cuidado e de alento, ainda mais quando compreendemos que este curso se deu em meio ao golpe de 2016 e a transição de cargos políticos nas prefeituras de 2016 para 2017. Faz-se importante ressaltar este aspecto, uma vez que setores como saúde e assistência social foram imediatamente e profundamente afetados por ambos fatores, tanto pelos cortes orçamentários vindos do governo federal, como pelas interrupções de ações efetivas de redução de danos e reorganização das estruturas nos serviços por parte do novos prefeitos. Vide o caso da Cracolândia, que foi vítima de ações violentíssimas coordenadas pela prefeitura de São Paulo que em sua nova gestão 2017-20 decidiu interromper o projeto Braços Abertos - pautados

em noções de redução de danos - para a implementação do projeto Redenção - pautado em noções manicomiais e de criminalização das drogas.

A potência daqueles encontros nos levou a apostar neste novo dispositivo, nomeado então de Desformação Marginal – dispositivos de escuta e formação, e a oferecê-lo novamente para profissionais do SUS, SUAS e afins, agora na Vila Itororô Canteiro Aberto, em parceria com a Clínica Pública de Psicanálise. Nosso propósito seguia sendo o de compartilhar os dispositivos clínicos comunitários, possibilitar o reconhecimento do lugar de escuta de muitos profissionais que atuam neste campo, democratizar o acesso aos espaços de transmissão da experiência clínica, assim como aprimorar o dispositivo.

Todos esses dispositivos, aqui brevemente apresentados, apesar de serem explicados em seus marcos teóricos e metodológicos em outras publicações, seguem em constante elaboração e construção, como se esperava que fosse o setting clínico psicanalítico antes de ser institucionalizado nas escolas de formação. Nosso trabalho sempre esteve acompanhado de supervisões coletivas, reuniões semanais, grupos de estudos, pesquisas acadêmicas e fundamentalmente, trocas com os territórios. Atualmente, estamos com um espaço de Desformação no SESC 24 de Maio, no centro de São Paulo, e seguimos apostando na importância da construção de espaços de transmissão mais democráticos e acessíveis, e que sobretudo, nos permitam pensar nosso sofrimento à luz de nosso tempo histórico.

Muitas são as pessoas que se dedicam a escutar o sofrimento de outras, desde assistentes sociais que trabalham com medida sócio educativa até manicures que escutam semanalmente os conflitos de suas clientes, passando pelas prostitutas que recebem com frequência homens que buscam mais que um corpo, uma escuta. Ainda assim, os consagrados profissionais da escuta se eximem de ouvir estas pessoas desde o lugar de quem tem algo a aprender sobre outros modos de escutar e dizer sobre o mundo e sobre a dor, e se apoderam do direito absoluto de escutar, e dizer sobre o mundo, sem no entanto, se considerar parte deste.

Presos aos textos, às técnicas, aos círculos de formação, às escritas de caso que comprovam o saber psicanalítico, esquecem a interdisciplinaridade, a multiculturalidade; esquecem sua condição de sujeitos históricos, entremados na complexa rede de significações que os constituem. Em nosso percurso, é de fundamental importância recorrer a outras práticas de cuidado e de escuta, pautadas por princípios comunitários e que não firam o que consideramos em essência a ética da psicanálise – o paciente é quem sabe sobre seu sofrimento – assim como o estudo aprofundado de história latino americana, história da psicanálise, estudos pós-coloniais e decoloniais. Afinal “quanto Freud Freud leu?”.

Com isso, não pretendemos reinventar a psicanálise e suas práticas, ao contrário. Mais bem estarmos abertos a escutar os ecos dos silêncios, os não ditos, os não escutados, e com a experiência acumulada de

mais de século, de tantos escutadores, teóricos e clínicos deixados às margens da história oficial da psicanálise, podermos nos escutar na contra-transferência de nosso tempo.

## Referências

- Clínicas do Testemunho RS e SC. *Por que uma clínica do testemunho?* Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.  
[http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/1437\\_livro\\_2.pdf](http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf)
- Dunker, C. I. L. (2011) *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Françoso, O. M. (2018) *Clínica Política: A Experiência Do Centro De Estudos Em Reparação Psíquica Lá Em Acari*. Iser: Rio de Janeiro.  
[http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/CL%C3%8DNICAPOL%C3%8DTICA\\_livro\\_20set.pdf](http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/CL%C3%8DNICAPOL%C3%8DTICA_livro_20set.pdf)
- Freud, S. (1912) A repressão. In *Obras Completas* Volume XII. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- Habegger, S.; Mancila, I. (2006) *El poder de la Cartografía Social en las prácticas contrahegemónicas o La Cartografía Social como estrategia para diagnosticar nuestro territorio*. Biblioteca Digital de Extensión Universitaria. Consultado el 22 de febrero 2019 en <http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/365>
- Lima, R. A. (2017). *Análise Reparável e Irreparável: o Conceito Psicanalítico de Reparação na Agenda da Transição Brasileira*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 116-132. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703090002017>
- Obliziner, P. (2017) A Periferia da Periferia: Testemunhos em Perus. In: Turriani, A. (Org.) *Clínica do Testemunho nas Margens*. São Paulo: ISER, pp. 65-76, 2017.
- Ocariz, M. C. (2015) *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Efeitos psíquicos e Testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta. <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/violencia-de-estado-sedes-1.pdf/view>
- Pavón-Cuéllar, D. (2018) *A psicanálise como arma da revolução*. Comunicação Oral. São Paulo: Instituto de Psicologia/USP.
- Safatle, V.; Silva Jr. N.; Dunker, C. Organizadores (2018) *Patologias do Social: Arqueologias do Sofrimento Psíquico*. São Paulo: Autêntica.

- SILVA JR., M. R. (2015) *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos. <http://www.justica.gov.br/news/livro-reune-experiencias-do-projeto-clinicas-do-testemunho-da-comissao-de-anistia/travessia-do-silencio-testemunho-e-reparacao.pdf/view>
- Turriani, A. (2015). *Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala: um recorte a partir das memórias das resistências*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.8.2016.tde-11012016-133626. Recuperado em 2019-02-22, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Turriani, A. (2018) Violência política e o que resta da ditadura. In: Turriani, A.; Lanari, L. (Coord) *Margens Clínicas: dispositivos de escuta e desformação*. São Paulo: ISER, 2018.
- Vieira, V. B. F. (2014). *Um estudo sobre o percurso formativo das Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.47.2014.tde-05022015-143014. Recuperado em 2019-02-22, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Vieira, V. B. F. (2018) A Justiça como Saúde. In: Turriani, A.; Lanari, L. (Coord.) *Margens Clínicas: dispositivos de escuta e desformação*. São Paulo: ISER, pp. 49-68, 2018.
- Vieira, V. B. F. (2017) Do Consultório ao Território. In: Turriani, A. (Org.) *Clínica do Testemunho nas Margens*. São Paulo: ISER, pp. 77-90, 2017.
- Vaz, A. (2017) Reparar(na)ção. In: Turriani, A. (Org.) *Clínica do Testemunho nas Margens*. São Paulo: ISER, pp. 29-46, 2017.

---

Fecha de recepción: 15 de febrero de 2019

Fecha de aceptación: 10 de abril de 2019